

Câmara volta ao zero no PL das Fake News após Musk



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante sessão. Mano Agra - 26.mar.24/Divulgação Câmara

Câmara enterra PL das Fake News e discutirá novo projeto após caso Musk

Arthur Lira sugere criação de grupo de trabalho; já ministro do STF Dias Toffoli põe pressão ao indicar julgamento sobre plataformas

Victoria Azevedo e Matheus Teixeira

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados criou um grupo de trabalho para discutir uma nova proposta para o PL das Fake News. A ideia foi sugerida pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), em reunião com líderes partidários na tarde desta terça-feira (9).

Dessa forma, o processo de discussão em torno da regulamentação das redes sociais começará praticamente do zero, com a construção de uma nova proposta.

Segundo relatos, há uma avaliação de que o parecer elaborado por Orlando Silva (PC do B-RJ) foi contaminado pela polarização política e não teria votos para avançar. Isso não significa, no entanto, que o parlamentar não participará do novo processo ou que não possam ser aproveitados pontos de seu relatório.

Lira afirmou nesta terça que houve um "esforço gigantesco" dos líderes, relator e da própria presidência da Câmara para votar o projeto, mas que "nunca foi possível conseguir um consenso". "Ele estava fadado, não ia a canto algum", completou.

"Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não ganha apoio. [...] Perdermos tempo com uma discussão que não vai a frente será muito pior do que reunirmos, fazermos como sempre fazemos, com muita tranquilidade e transparência, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa que sempre tiveram êxito. E esse será um que eu espero também que tenha", disse Lira.

A proposta de Orlando está travada há quase um ano, sem consenso sobre o tema. Agora, a ideia é que os líderes possam indicar nomes para compor o grupo de trabalho nos próximos dias para, num segundo momento, ser escolhido quem será o novo relator e o novo coordenador.

O autor do projeto, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), reagiu à decisão da Câmara e disse que a ideia anunciada por Lira — a quem chamou de rei — "é a receita perfeita para não votar nada e esperar o Supremo".

"De onde não se espera nada é que não vem nada mes-

mo! Rei Lira declara que não vai votar o 2630, mas vai criar um GT para discutir o assunto, que já não é simples, e ainda vai incluir Inteligência Artificial no debate. É a receita perfeita para não votar nada e esperar o Supremo", escreveu pelas redes sociais.

O projeto de lei visa, entre outros pontos, responsabilizar as bigtechs por conteúdos criminosos publicados nas plataformas. Após ser aprovado no Senado, o texto teve a tramitação travada na Câmara no primeiro semestre do ano passado depois de a oposição ganhar terreno no debate e o cenário de derrubada da proposta ganhar força.

Lira afirmou que o grupo de trabalho deverá ter duração de 30 a 40 dias para "chegar um texto mais maduro ao plenário". Ele disse que essa alternativa é "o caminho mais hábil e mais tranquilo".

Segundo o presidente da Câmara, também será avaliada a possibilidade de tratar da regulamentação da IA (inteligência artificial) no âmbito do grupo de trabalho. Ele indicou que os líderes vão entrar em contato com o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que é relator de proposta de marco regulatório da inteligência artificial no Senado, para tentar incluir a proposta na discussão.

Membros do governo e parlamentares defendiam retomar a análise da regulamentação das redes sociais diante do atrito entre o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes e o empresário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter).

Musk acusou Moraes de censura e ameaçou descumprir ordens judiciais brasileiras. O ministro, por sua vez, incluiu o empresário como investigado em inquéritos do Supremo.

Segundo parlamentares, a ofensiva de Musk contra o magistrado fortaleceu o discurso crítico de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação à proposta e dificultou a articulação de governistas em favor do texto.

A necessidade do avanço na tramitação do projeto foi ressaltada na segunda (8) tanto pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quanto por integrantes do governo Lula (PT). Ao ser questionado sobre o atrito ao chegar à Câmara, Lira disse que não iria comentar.

Também nesta terça, o mi-

“

Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não ganha apoio. [...] Perdermos tempo com uma discussão que não vai a frente será muito pior do que reunirmos, fazermos como sempre fazemos, com muita tranquilidade e transparência, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa que sempre tiveram êxito

Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara

“

Rei Lira declara que não vai votar o 2630, mas vai criar um GT para discutir o assunto, que já não é simples, e ainda vai incluir Inteligência Artificial no debate. É a receita perfeita para não votar nada e esperar o Supremo

Alessandro Vieira (MDB-SE) senador relator do PL das Fake News

nistro Dias Toffoli, do STF, afirmou que seguiu o julgamento da ação do Marco Civil da Internet por causa da Câmara, mas que os autos serão encaminhados para julgamento até o final de junho — a data ainda precisa ser marcada pelo presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso, que sinalizou pautar o julgamento logo após liberação de Toffoli.

A ação condiciona a responsabilidade civil dos provedores de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros à necessidade de ordem judicial prévia e específica que determine a remoção do conteúdo ilícito.

Ao ser questionado da decisão de Toffoli, Lira afirmou que "uma coisa não tem a ver com a outra" e que ele discutiu o projeto das fake news com líderes da Câmara, não com os ministros do STF.

"Nós temos diversas questões que simplesmente permeiam esse assunto. Não é só por causa da polêmica atual que ele vai mudar ou não de posicionamento para os deputados, mas que já se posicionaram com relação a esses assuntos na Casa."

Líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ) também disse que a Casa não será pautada por "uma discussão dessas", referindo-se ao embate entre Musk e Moraes, e afirmou ser necessário consenso sobre o tema antes de levá-lo ao plenário.

Segundo relatos, não foi firmado nenhum compromisso sobre quando o texto deverá ser votado, apesar da criação do grupo de trabalho — há uma expectativa que os membros possam ser indicados pelos líderes até a próxima semana. Há uma avaliação entre líderes, no entanto, que se a Câmara não der celeridade ao tema, o Judiciário acabará legislando sobre ele.

Mais cedo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) afirmou que iria trabalhar para que o projeto fosse aprovado ainda neste primeiro semestre, reforçando a importância de concluir esse processo antes das eleições municipais de outubro.

"É preciso ter diálogo, buscar todo mundo e entender que o que está em jogo é a democracia, é a soberania do país. Não é para beneficiar esse ou aquele. O país precisa de uma regulamentação", afirmou Guimarães.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4